

COIMBRA  
BUSINESS  
SCHOOL

 **iscac**   
Politécnico de Coimbra

**COIMBRA  
BUSINESS  
SCHOOL**  
 **iscac**   
Politécnico de Coimbra

Neuza Amaral Maurício

**A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal**

Coimbra, abril de 2023







Neuza Amaral Maurício

## **A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal**

Dissertação ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial**, realizada sob a orientação da Professora Maria da Conceição Marques.

Coimbra, abril de 2023

## **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

## **PENSAMENTO**

*“Tenho em mim todos os sonhos do mundo.”*

*Fernando Pessoa*

## **DEDICATÓRIA**

À minha mãe.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, à minha orientadora, Maria Conceição Marques, por despertar em mim interesse neste tema, pela disponibilidade, por me ajudar, não me deixar desistir e me transmitir o seu conhecimento.

Agradeço à minha mãe, por estar sempre a meu lado, sem ela nada seria possível, por ser mãe e pai, jamais conseguirei recompensar-te por tudo o que fizeste e fazes por mim, és a minha inspiração, sou muito orgulhosa de ti.

Ao meu pai, o meu anjo da guarda, não está presente, mas sei que estará orgulhoso.

Ao Tó, por me encorajar e não deixar desistir.

Ao meu avô António e à minha avó Joaquina, os avós são os segundos pais, obrigado por me motivarem.

Aos meus amigos pelo apoio.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal verificar a situação económica e financeira de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) localizada no Distrito de Castelo Branco.

Apresenta-se um estudo relacionado com a Economia Social, contextualizando, da melhor forma, o tema apresentado, abordam-se os principais aspetos e o tratamento contabilístico das Entidades do Setor Não Lucrativo.

Num outro capítulo pretende-se identificar a Metodologia utilizada, dar resposta a três perguntas pertinentes, contextualizar as IPSS em Portugal, por distrito, pela sua forma jurídica, e pela forma jurídica no Concelho de Castelo Branco.

De seguida pretende-se o foco para as IPSS, particularmente no Distrito de Castelo Branco, onde se compreende que se trata de uma das componentes mais importantes da Economia Social, analisam-se as Demonstrações Financeiras e alguns dos indicadores mais importantes, durante os anos de 2018, 2019 e 2020, e finalizamos efetuando a análise SWOT da entidade.

A situação pandémica vivida, a crise que se faz sentir e a diminuição do emprego, fez com que aumentasse a procura pelo apoio das IPSS o que faz com que cresça o papel da Economia Social no nosso país.

O tema é importante e trata a atualidade em que vivemos, mostra-nos a importância do papel que as entidades da Economia Social desempenham no nosso país.

Palavras-chave: Economia Social, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Indicadores de Análise Financeira, Setor Não Lucrativo.

## **ABSTRACT**

This dissertation has as main objective to verify the economic and financial situation of a Private Institutions of Social Solidarity (IPSS) located in the District of Castelo Branco.

A study related to the Social Economy is presented, contextualizing, in the best way, the theme presented, the main aspects and the accounting treatment of Entities of the Non-Profit Sector are addressed.

In another chapter, we intend to identify the methodology used, answer three pertinent questions, contextualize the IPSS in Portugal, by district, by its legal form, and by the legal form in the Municipality of Castelo Branco.

Next, we intend to focus on the IPSS, particularly in the District of Castelo Branco, where it is understood that it is one of the most important components of the Social Economy and the Financial Statements and some of the most important indicators, during the years, are analyzed. 2018, 2019 and 2020, and finalized by carrying out the SWOT analysis of the entity.

The pandemic situation experienced, the crisis that is felt and the decrease in employment, increased the demand for support from the IPSS, which makes the role of the Social Economy in our country grow.

The theme is important and deals with the current situation in which we live, it shows us the importance of the role that Social Economy entities play in our country.

**Keywords:** Social Economy, Private Institutions of Social Solidarity, Financial Analysis Indicators, Non-Profit Sector.

## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
1 Revisão de literatura .....	3
1.1 A Economia Social – o conceito.....	3
1.2 Características da Economia Social.....	4
1.3 Fragilidades da Economia Social.....	5
1.4 Particularidades da Economia Social.....	6
1.5 A constituição da economia social.....	7
1.6 Algumas vantagens da Economia Social .....	10
1.7 A Economia Solidária e a Economia Social .....	11
1.8 A Importância do Setor Não Lucrativo.....	12
2 Normalização Contabilística das Entidades do Sector Não Lucrativo .....	14
2.1 Norma contabilística aplicável às ESNL .....	14
2.2 A Estrutura Concetual SNC e ESNL .....	16
2.2.1 Características Qualitativas das Demonstrações Financeiras .....	17
2.2.2 As Demonstrações Financeiras.....	18
3 Estudo Empírico .....	24
3.1 Metodologia.....	24
3.2 Algumas questões importantes .....	26
3.2.1 Como pode ser a Economia Social relevante?.....	26
3.2.2 Como pode a Economia Social apoiar e unir a Sociedade? .....	27
3.2.3 Como se considera o papel das IPSS na Economia Social? .....	27
3.3 As IPSS em Portugal.....	28
3.4 O Centro Social Amigos da Lardosa .....	30
3.5 O Balanço .....	31
3.6 A Demonstração dos Resultados .....	35
3.7 A Demonstração de Fluxos de Caixa.....	38
3.8 Mapa de Controlo de Subsídios ao Investimento .....	42

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

3.9	Indicadores de Análise Financeira.....	43
3.9.1	Indicadores de Liquidez.....	44
3.9.2	Indicadores Económicos.....	46
3.9.3	Indicadores de Funcionamento.....	48
3.9.4	Indicadores de Endividamento .....	49
3.9.5	Indicadores de Rendibilidade .....	52
3.10	Apreciação Crítica.....	53
3.11	Análise SWOT .....	54
	CONCLUSÃO.....	59
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>61</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Endividamento .....	49
Figura 2 - Autonomia Financeira .....	50
Figura 3 – Solvabilidade .....	51
Figura 4 - Rendibilidade do Ativo.....	52
Figura 5 - Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais .....	53

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - As IPSS por Distrito em 2017 e 2022 .....	28
Tabela 2 - As IPSS pela sua forma jurídica em 2017 e 2022 .....	29
Tabela 3 - As IPSS pela sua forma jurídica no Distrito de Castelo Branco em 2017 e 2022 .....	30
Tabela 4 - O Balanço.....	34
Tabela 5 - A Demonstração de Resultados por Natureza.....	37
Tabela 6 - A Demonstração de Fluxos de Caixa .....	41
Tabela 7 - Mapa de Controlo de Subsídios ao Investimento.....	42
Tabela 8 - Margem Bruta .....	47
Tabela 9 - Rendibilidade Operacional das Vendas e Rendibilidade Líquida das Vendas .....	47
Tabela 10 - Rotação do Ativo .....	48
Tabela 11 - Quadro resumo da Análise SWOT.....	58

## **Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas**

CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

ESNL - Entidades do Sector Não Lucrativo

LBES - Lei de Bases da Economia Social

ISS, I.P - Instituto da Segurança Social

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

NCRF - Norma Contabilística de Relato Financeiro

NCRF-ESNL - Norma Contabilística de Relato Financeiro das Entidades do Sector Não Lucrativo

EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization.

EBIT - Earnings Before Interest and Taxes

INE – Instituto Nacional de Estatística

p. - Página

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

SNC-ESNL - Sistema de Normalização Contabilística das Entidades do Sector Não Lucrativo

## INTRODUÇÃO

A atual realidade em que vivemos veio piorar algumas das grandes dificuldades no nosso país a nível financeiro, económico, social e também político. Estamos a viver um período delicado através do aumento da pobreza e do desemprego, neste sentido, a Economia Social tem desempenhado um papel fundamental no nosso país.

A economia social surgiu com o objetivo da sociedade se proteger contra as adversidades e os contratempos que lhes foram surgindo ao longo do tempo. A sociedade sempre demonstrou uma grande capacidade de adaptação a essas adversidades e a esses contratempos envolvendo as suas características altruístas e solidárias.

Podemos constatar que a economia social tem contribuído para o desenvolvimento de uma economia baseada fundamentalmente no saber, na mudança e na inovação, é notório também o seu grande envolvimento e todos os seus contributos de solidariedade nas entidades e nas atividades económicas.

A finalidade das entidades da economia social decorre no sentido em que prevalece primeiramente o bem-estar e a solidariedade social bem como os comportamentos e os valores organizacionais.

Por forma a dar resposta a algumas questões importantes sobre o tema abordado neste trabalho, põem-se as seguintes questões:

- Como pode ser a Economia Social relevante?
- Como pode a Economia Social apoiar e unir a Sociedade?
- Como se considera o papel das IPSS na Economia Social?

A presente dissertação, numa primeira parte, na Revisão da Literatura, começa-se por contextualizar, explicar e descrever o tema apresentado, seguidamente, no segundo capítulo, o objetivo é abordar os principais aspetos e o tratamento contabilístico das entidades pertencentes ao Setor Não Lucrativo.

No terceiro capítulo, o que se pretende é dar a conhecer a Metodologia utilizada, expor os métodos da recolha de dados para chegar ao resultado e respondermos às questões de

## A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

investigação, bem como, abordar alguns temas pertinentes relacionados com a dissertação.

Já no terceiro capítulo, procede-se ao enquadramento das IPSS em Portugal, por concelho, pela forma jurídica, para, depois, nos focarmos no concelho de Castelo Branco e efetuar o seu enquadramento, com o objetivo de dar seguimento ao ponto seguinte onde analisamos as Demonstrações Financeiras do Centro Social e Amigos da Lardosa, localizado no Concelho de Castelo Branco, estudar alguns indicadores relevantes para a instituição referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020.

Por fim, efetua-se a análise SWOT da entidade em questão e apresentam-se as principais conclusões do estudo.

## 1 Revisão de literatura

Como ponto de partida, é fundamental contextualizar a economia social na realidade económica, demonstrando o papel desta como um fator de grande importância na economia em Portugal. Para este fim, ao longo deste primeiro capítulo é elaborada uma revisão de literatura.

### 1.1 A Economia Social – o conceito

A Economia Social tem um papel fundamental e de grande importância na nossa sociedade, a qual apresenta um grande crescimento ao longo dos anos, e apesar de não lhe ser atribuída uma única definição, esta é entendida como um “conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros através do mercado, produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento, onde o processo de tomada de decisão e distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou quotas de cada um, correspondendo a cada membro um voto” (INE, 2013).

Sendo além disso consideradas empresas “com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de “não mercado” a agregados familiares e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, verificam ou financiam” (INE, 2013).

Também a Lei de Bases da Economia Social (LBES), entende por Economia Social as atividades económico-sociais desenvolvidas pelas entidades com a finalidade de “prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes”.

Segundo Pitacas & Reto (2020, p.28), “A economia social constitui um espaço socioeconómico heterogéneo, formado por um conjunto de atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo por diversas entidades com realidades orgânicas diferentes, na

forma, dimensão, objeto e lógica de funcionamento. Nesta arca institucional existem cooperativas, mutualidades, misericórdias, associações, fundações e entidades autogestionárias e comunitárias, que têm como denominador comum serem organizações de pessoas que prosseguem o interesse geral ou os interesses, socialmente relevantes, dos seus membros ou beneficiários, de forma sustentável, e sem a finalidade de remunerar investidores capitalistas, que, em princípio, não têm”.

## 1.2 Caraterísticas da Economia Social

De entre as características que ao longo dos anos foram atribuídas à Economia Social, o relatório publicado pelo Comité Económico e Social Europeu, em 2008, sobre “A Economia Social na União Europeia”<sup>1</sup> evidencia como principais características:

- o facto das entidades serem privadas, e por isso não integrarem o sector público, nem por ele exercerem controlo, nem serem influenciadas;
- existir uma estrutura organizacional mais minuciosa, formal e dotada de personalidade jurídica, nomeadamente na sua denominação;
- existência de liberdade de adesão a estas entidades;
- objetivo principal é o bem-estar e a satisfação das necessidades daqueles que fazem parte da entidade;
- são organizações de carácter democrático, uma vez que cada interveniente com cotizações na organização só tem direito a um único voto, independentemente do controlo ou capital detido, salvo exceção das organizações dedicadas ao voluntariado, que tem como finalidade a prestação de serviços sem que o objetivo seja o lucro;
- também a existência de possíveis lucros é repartida em função da participação na entidade, sem considerar o capital ou cotizações afetas a cada membro;

---

<sup>1</sup> Em 2008, os professores José Luis Monzón e Rafael Chaves dirigiram um relatório sobre “A Economia Social na União Europeia” que foi publicado pelo Comité Económico e Social Europeu.

- possibilidade de livremente eleger, depor os seus órgãos de direção e gestão e também organizar da melhor forma para si e para os seus associados as suas atividades.

Assim, consegue-se entender pelas características da Economia Social que o seu propósito é, fundamentalmente, promover o bem-estar da comunidade, a cooperação social e a solidariedade, com o objetivo de proporcionar aos indivíduos uma vida digna no meio em que se encontram inseridos, ao invés da preocupação da entidade em gerar lucro e riqueza apenas para seu próprio proveito.

### 1.3 Fragilidades da Economia Social

Tal como se pode corroborar pelo exposto pelos autores Campos & Ávila (2012, p.17), “só com a crise (...) é que alguns países europeus viram despertar o interesse pelas organizações típicas da Economia Social. Este interesse surgiu das dificuldades que as economias de mercado encontravam para encontrar soluções satisfatórias para problemas tão importantes como o desemprego maciço de longa duração, a exclusão social, o bem-estar no mundo rural e nas áreas urbanas degradadas, a saúde, a educação, a qualidade de vida dos pensionistas, crescimento sustentável e outras questões. São necessidades sociais que não estão sendo suficientemente ou adequadamente supridas nem pelos agentes capitalistas privados nem pelo setor público e para as quais não há solução fácil por meio de mecanismos de auto-ajuste de mercado ou de políticas macroeconómicas tradicionais”, que apontavam para a criação de entidades para colmatar as dificuldades que se faziam sentir a nível de desemprego, de exclusão social, do bem-estar e de qualidade de vida nas áreas mais afetadas do país.

Com o estagnar da realidade económica e das diferenças culturais e contextuais, surge pela primeira vez em França no ano de 1980, a denominada - “nova” economia social e a “velha” economia social. A “nova” economia social é justificada por alguns autores como a existência de associações e organizações, diferenciando-se da perspetiva da “velha”

## A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

economia social as mutualidades, as misericórdias, as fundações e as cooperativas (CASES, 2011).

É necessário ter em consideração as fraquezas da Economia Social, verificando-se que, por exemplo, a Pandemia e a Guerra da Ucrânia afetaram drasticamente a Economia Social, diminuíram as doações, as receitas, e os custos continuaram a aumentar.

O objetivo das associações embora passe pela satisfação das necessidades e o bem-estar social, muitas vezes não é o que se verifica e daí que a fraude e a satisfação dos interesses pessoais se encontrem presentes em muitos casos.

Nos dias de hoje conseguimos perceber que muitas associações implementam o bem-estar social, mas também conseguem com os muitos donativos recebidos, a satisfação própria contra o propósito da Economia Social. Felizmente nem todas as entidades funcionam da mesma forma, do modo que a interação com a população ajuda à não corrupção.

Os baixos salários são predominantes no setor da Economia Social, e também uma das causas é o facto de o setor privado estar cada vez mais emergente. Uma forma de combater os baixos salários poderá passar pela obtenção de novas fontes financeiras, formação profissional aos envolvidos nos projetos e a união da sociedade para as mais diversas causas.

### **1.4 Particularidades da Economia Social**

A Economia Social atua na sociedade oferecendo bens e prestando serviços conforme as necessidades dos indivíduos.

Segundo Maia (2018), as entidades da Economia Social “não são movidas por objetivos ditados exclusivamente por uma estratégia de mercado, já que a sua existência visa satisfazer necessidades sociais, promover a coesão social, combater a exclusão ou suprimir as falhas e lacunas que as organizações pertencentes aos demais sectores da economia, apresentam a esse respeito”.

## A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

As entidades integrantes da Economia Social devem estar ligadas a um conjunto de particularidades, nomeadamente:

- “O respeito pela dimensão humana.
- O combate à exclusão social.
- A vontade de promover espaços de realização individual.
- Uma visão democrática e participada da organização.
- Uma visão da missão organizacional que a encastra no tecido social (sem a reduzir a uma mera unidimensionalidade económica).
- Autonomia de gestão.
- Primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital.
- Assumpção de responsabilidades, quer individuais quer coletivas.
- O desenvolvimento de um elevado grau de capital social.” (CASES, 2011).

Deste modo, todas as entidades integrantes da Economia Social devem apresentar como objetivo a preocupação com o bem estar exclusivamente social, bem como a solidariedade social.

### 1.5 A constituição da economia social

A Economia Social é composta por uma grande diversidade de entidades, segundo Pitacas & Reto (2020), as entidades integrantes da Economia Social consistem em:

- “a) As cooperativas;
- b) As associações mutualistas;
- c) As misericórdias;
- d) As fundações;
- e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores;

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

- f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- g) As entidades abrangidas pelos subsetores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social;
- h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social”.

Caracterizando as entidades integrantes da Economia Social para um melhor entendimento, temos:

- As Cooperativas:

As cooperativas são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles.

As cooperativas, na prossecução dos seus objetivos, podem realizar operações com terceiros, sem prejuízo de eventuais limites fixados pelas leis próprias de cada ramo. (Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto)

- As Associações Mutualistas:

As associações mutualistas são pessoas coletivas de direito privado, de natureza associativa, com um número ilimitado de associados, fundos patrimoniais variáveis e duração indefinida que, essencialmente, através da entreajuda e da quotização dos seus associados, praticam, no interesse destes e das suas famílias e em obediência aos princípios mutualistas, fins de auxílio recíproco de proteção social e desenvolvimento humano, nos termos previstos no presente Código. As associações mutualistas são entidades da economia social e têm o estatuto de

instituições particulares de solidariedade social. (Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto)

- **As Misericórdias:**

As misericórdias ou irmandades da misericórdia ou santas casas da misericórdia, são associações constituídas na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos do culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de doutrina e moral cristã, nos termos dos respetivos estatutos, denominados compromissos. (CASES, 2022)

- **As Fundações:**

A fundação é uma pessoa coletiva, sem fins lucrativos, dotada de um património suficiente e irrevogavelmente afetado à prossecução de um fim de interesse social. (Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966)

- **As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS):**

As instituições particulares de solidariedade social (IPSS) são constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, com objetivos de apoio social à família, crianças e jovens, idosos e integração social e comunitária, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços. (ISS, I.P, 2014)

- **As Associações:**

As associações são pessoas coletivas que não visam o lucro económico dos seus associados, sendo integradas na economia social as entidades com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento (CASES, 2022).

## A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

Todas estas entidades citadas têm como objetivo a solidariedade e o bem-estar social. Para o objetivo ser concretizado é necessário que as entidades tenham alguma autonomia financeira. Um dos intervenientes financeiros destas entidades é o Estado, mas é evidente que ao ajudar todas as entidades a quantia financeira que é distribuída a cada entidade poderá não ser o suficiente e depender financeiramente apenas de um interveniente não será a melhor opção.

Deste modo, existem outras fontes financeiras que ajuda estas entidades nomeadamente: receitas provenientes das vendas e prestação de serviços, contributos públicos e privados e rendimentos dos próprios usufruidores dos benefícios das entidades.

### **1.6 Algumas vantagens da Economia Social**

A Economia Social é vista como uma oportunidade para a união da sociedade com vista a alcançar uma boa causa, o bem-estar social e a solidariedade social.

A Economia Social, enquanto sector de atividade autónomo do sector público e do sector privado, não pretende substituir qualquer destes dois sectores económicos (CASES, 2011).

Segundo a CASES (2011) a Economia Social possui algumas vantagens que mais nenhum setor contém, nomeadamente:

- “A capacidade de detetar novas necessidades e criar novos empregos.
- A capacidade de mobilizar e movimentar forças e criar as mais diversas e numerosas redes.
- A capacidade de favorecer aquilo que se designa de “capital social”.
- A capacidade de utilizar corretamente os recursos que provêm da redistribuição”.

Este setor da Economia Social também é uma grande fonte geradora de emprego e aliado no combate ao desemprego.

## 1.7 A Economia Solidária e a Economia Social

Quando questionamos a diferença entre a Economia Social, e a Economia Solidária, dificilmente obteremos alguma resposta rápida, dada a sua semelhança. A verdade é que existem diferenças e estas estão relacionadas com o papel que desempenham na sociedade e sobre a relação que têm com o estado.

Segundo o Economista Paul Singer (2008) a Economia Solidaria é definida ”como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se são pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa. Agora, quando são maiores, aí há necessidade de que haja um presidente, um tesoureiro, enfim, algumas funções especializadas, e isso é importante sobretudo quando elas são bem grandes, porque aí uma grande parte das decisões tem que ser tomada pelas pessoas responsáveis pelos diferentes setores. Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros”.

O Observatório da Economia Social Portuguesa em parceria com a CASES, diz-nos que “embora com as mesmas características genéticas, Economia Social e Economia Solidária remetem atualmente para dois universos com experiências distintas: a Economia Social designa as cooperativas, as mutualidades e quando utilizada em sentido amplo, também as fundações. Ou seja, as formas mais antigas e institucionalizadas do sector. A Economia Solidária é emergente e menos institucionalizada”. Também nos diz que a Economia Solidária procura dar resposta aos problemas que o setor privado e o setor publico

## A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

deixaram de lado, o objetivo da Economia Solidária não passa pela rentabilidade económica, mas sim pela “premência que possa ter no sentido de satisfazer as necessidades sentidas pelos grupos a que se destinam”.

A Economia Solidária é menos institucionalizada e utiliza extensamente o apoio do Estado, foi mais além do que a Economia Social e permitiu o seu maior desenvolvimento.

### 1.8 A Importância do Setor Não Lucrativo

O Setor Não Lucrativo é constituído por uma grande diversidade de entidades.

O objetivo principal destas entidades não passa pela obtenção de máximo lucro, mas passa sim, pelo bem-estar social bem como a solidariedade social.

Devido à situação de crise atual a procura de apoio tem consequentemente aumentado, o que leva a uma maior intervenção do sector não lucrativo e naturalmente uma melhoria da sua intervenção na sociedade.

A área do setor não lucrativo luta contra a exclusão e inserção social, atenuação e eliminação da pobreza e bem-estar social, presta serviços em diversas áreas, como a saúde e a educação, cria e aumenta empregos e apoia a parte da sociedade mais desfavorecida.

No caso em particular das IPSS, embora o seu intuito seja a solidariedade social, as entidades do sector não lucrativo conseguem obter algumas receitas que acabam por apoiar financeiramente as instituições, nomeadamente:

- Os donativos da sociedade, que fazem com que aumentem os meios financeiros das entidades;
- As avenças mensais dos utentes das entidades;
- Os lucros da realização de atividades de solidariedade;
- As quotas dos sócios;
- As participações financeiras da Segurança Social.

## A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

As IPSS conseguem angariar receitas para a sobrevivência das mesmas, embora as receitas tenham diminuído, facto que se deve à Pandemia, à situação de crise vivida e ao aumento da pobreza. Há uma grande diminuição das receitas e, conseqüentemente, um aumento das despesas o que faz com que algumas IPSS tenham de fechar, a nossa população está envelhecida e cada vez mais pobre, havendo muitos custos a suportar para as baixas receitas.

## **2 Normalização Contabilística das Entidades do Sector Não Lucrativo**

Neste ponto, o objetivo é abordar os principais aspetos relacionados com o tratamento contabilístico das Entidades do Setor Não Lucrativo.

### **2.1 Norma contabilística aplicável às ESNL**

Existe uma grande necessidade de criar regras contabilísticas adequadas e que apoiem as Entidades do Setor Não Lucrativo na elaboração das demonstrações financeiras.

Às entidades consideradas ESNL aplica-se a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), mas estas podem optar por aplicar o conjunto das normas contabilísticas e de relato financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, com as devidas alterações.

O objetivo da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) é o de “estabelecer os principais aspetos de reconhecimento, mensuração e divulgação, com as adaptações inerentes a este tipo de entidades, adiante designadas por ESNL”.

De acordo com a Comissão de Normalização Contabilística, em 9 de Março de 2011 o Decreto-Lei n.º 36-A/2011 aprova o regime contabilístico para as entidades do setor não lucrativo, este Decreto-Lei vem apoiar o setor das Entidades do Sector Não Lucrativo, seguidamente, a 14 de Março do mesmo ano a Portaria n.º 105/2011 aprova os modelos de demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades que apliquem o regime contabilístico ESNL e a Portaria n.º 106/2011 aprova o código de contas específico para as entidades do setor não lucrativo e o Aviso n.º 6726-B/2011 onde publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo.

Em 31 de Dezembro de 2012, procede-se à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, o Artigo 256.º da Lei n.º 66-B/2012.

## A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

Procede-se à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, em 13 de maio de 2013, o Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio.

Seguidamente, no dia 6 de junho de 2015, o Decreto-Lei n.º 98/2015, procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março.

E por fim, a 31 de dezembro de 2018, procede-se à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março com o Decreto-Lei n.º 71/2018.

Segundo o Decreto-Lei 64/2013 a “normalização contabilística para as ESNL aplica-se às entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto, designadamente associações, fundações e pessoas coletivas públicas de tipo associativo”.

O Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, informa-nos que as entidades sujeitas à Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo estão obrigadas a elaborar contas consolidadas nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as necessárias adaptações.

E, também, as entidades ficam dispensadas da elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando, nas últimas contas anuais aprovadas, à data do balanço, não ultrapasse dois dos três limites seguintes:

- O total do balanço: € 5 000 000;
- O total das vendas líquidas e outros rendimentos: € 10 000 000;
- O número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 250.

Ficam também dispensadas “de aplicar o Sistema de Normalização Contabilística as Entidades do Setor Não Lucrativo, as entidades cujo volume de negócios líquido não exceda os 150 000€ em nenhum dos dois períodos anteriores, as quais ficam obrigadas à

prestação de contas em Regime de Caixa e são também obrigados a divulgar a seguinte informação:

- a) Pagamentos e recebimentos;
- b) Património fixo;
- c) Direitos e compromissos futuros”. (Batista da Costa e Correia Alves, 2021, p.191).

Segundo Batista da Costa e Correia Alves (2021, p.258), “no Regime de Caixa os efeitos das transações e outros acontecimentos só são reconhecidos quando ocorrem os respetivos recebimentos e pagamentos. Por outras palavras, tais reconhecimentos só se dão quando existem entradas em caixa e seus equivalentes (também chamados influxos ou embolsos) ou saídas de caixa ou seus equivalentes (também chamados exfluxos ou desembolsos).”

## **2.2 A Estrutura Concetual do SNC e ESNL**

O propósito da estrutura concetual é auxiliar na utilização das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e na preparação das Demonstrações Financeiras, identificar as características qualitativas e a sua utilidade, e também dar assistência na interpretação da informação que as demonstrações financeiras contém.

Na Estrutura Concetual encontram-se conceitos que apoiam os utentes na elaboração de todas as demonstrações financeiras aplicadas a várias entidades.

Segundo Rodrigues (2018, p.17), o propósito desta Estrutura Concetual é o de:

- a) “Ajudar os preparadores das demonstrações financeiras na aplicação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e no tratamento de tópicos que ainda tenham de constituir assunto de uma dessas Normas;

- b) Ajudar a formar opinião sobre a aderência das demonstrações financeiras às NCRF;
- c) Ajudar os utentes na interpretação da informação contida nas demonstrações financeiras preparadas;
- d) Proporcionar aos que estejam interessados no trabalho da CNC informação acerca da sua abordagem à formulação das NCRF”.

A Estrutura Concetual é importante para orientar, apoiar na leitura e na aplicação das normas contabilísticas, contribuindo, deste modo, para o aumento da qualidade das Demonstrações Financeiras.

### 2.2.1 Características Qualitativas das Demonstrações Financeiras

As características qualitativas correspondem às qualidades que cada demonstração financeira terá de possuir. De acordo com Batista da Costa e Correia Alves (2021), as características qualitativas que cada demonstração financeira terá de possuir são:

- **Compreensibilidade** – A informação proporcionada pelas demonstrações financeiras deveser rapidamente compreensível pelos utentes e devem conseguir obter as informações desejadas.
- **Relevância** – A informação disponível nas demonstrações financeiras é relevante quando influencia as decisões que os utentes deverão tomar, ajudando-os a avaliar acontecimentos passados, presentes ou futuros ou a confirmar, ou corrigir, as suas avaliações passadas.
- **Fiabilidade** – Para ser fiável, apresentar uma imagem verdadeira e sem erros, a informação que consta nas demonstrações financeiras, deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos.
- **Comparabilidade** – As demonstrações financeiras devem ser comparáveis pelos utentes com o objetivo de identificar o seu desempenho e a sua posição ao longo do tempo.

### 2.2.2 As Demonstrações Financeiras

De acordo com a Estrutura Concetual (2015), “o objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil nas tomadas de decisões económicas”. As Demonstrações Financeiras são preparadas segundo o pressuposto da continuidade, assume-se, portanto, que se trata de uma entidade em continuidade e que continuara em funcionamento no futuro, e segundo o regime contabilístico do acréscimo (periodização económica), que define que os acontecimentos devem ser reconhecidos quando ocorrem e não quando ocorre o seu pagamento ou recebimento.

Conforme indica a NCRF 1, ao analisar qualquer demonstração financeira deve-se entender claramente cada componente, deve-se transmitir as vezes que forem necessárias, para a sua devida compreensão, a seguinte informação:

- a) O nome ou outro tipo de identificação da entidade, e qualquer alteração nessa informação desde a data do balanço anterior;
- b) A quantidade de entidades abrangentes, se é um grupo de entidades ou uma entidade;
- c) A data ou o período abrangido pelas demonstrações financeiras;
- d) O tipo de moeda representativo;
- e) O nível de arredondamento usado nas quantidades descritas.

Segundo o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, as Entidades do Sector Não Lucrativo devem apresentar as seguintes Demonstrações Financeiras:

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por funções, modelo ESNL;
- A Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- A Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- O Anexo, modelo ESNL;

- Pagamentos e recebimentos, património fixo e direitos e compromissos futuros.

Algumas das Demonstrações financeiras que as Entidades do Setor Não Lucrativo devem conter, nomeadamente:

- O Balanço

Segundo a NCRF-ESNL, deverá haver uma distinção e separação entre ativo corrente e ativo não corrente, e passivo corrente e passivo não corrente:

- “Ativos correntes - Um ativo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:
  - a) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
  - b) Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
  - c) Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
  - d) É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou sejam usados para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos devem ser classificados como não correntes.

Esta Norma usa o termo não corrente para incluir ativos tangíveis, intangíveis e financeiros cuja natureza seja de longo prazo. No Ativo não corrente de algumas ESNL existem bens do património histórico e cultural, onde se incluem imóveis, arquivos, bibliotecas, museus, bens móveis, adiantamentos sobre bens do património histórico e cultural.

O ciclo operacional de uma entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que a sua duração seja de doze meses. Nas ESNL em certas ocasiões poderá ser conveniente distinguir as seguintes categorias: ativos com restrições permanentes (limitações quanto ao

destino ou ao investimento obrigatório dos ativos), ativos com restrições temporárias (presentes e futuras) e ativos sem restrições de uso.

- Passivos correntes - Um passivo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:
  - a) Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
  - b) Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
  - c) Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço;ou
  - d) A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não correntes.

Alguns passivos correntes, tais como dívidas a pagar comerciais e alguns acréscimos de gastos relativos a empregados e outros gastos operacionais, são parte do capital circulante usado no ciclo operacional normal da entidade. Tais itens operacionais são classificados como passivos correntes mesmo que estejam para ser liquidados a mais de doze meses após a data do balanço. O mesmo ciclo operacional normal aplica-se à classificação dos ativos e passivos de uma entidade. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que a sua duração seja de doze meses.

Uma entidade classifica os seus passivos financeiros como correntes quando a sua liquidação estiver prevista para um período até doze meses após a data do balanço, mesmo que:

- a) O prazo original tenha sido por um período superior a doze meses; e
- b) Um acordo de refinanciamento, ou de reescalonamento de pagamentos, numa base de longo prazo seja completado após a data do balanço e antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão”.

- Demonstração dos resultados por naturezas

De acordo com a NCRF-ESNL, na Demonstração dos Resultados, “excepcionalmente podem ser apresentadas na demonstração dos resultados linhas de itens adicionais, quando tal apresentação for relevante para uma melhor compreensão do desempenho financeiro da entidade. Sempre que, em simultâneo para todas as datas de relato incluídas na demonstração dos resultados, não existam quantias a apresentar, as correspondentes linhas deverão ser removidas. Uma entidade não deve apresentar itens de rendimento e de gasto como itens extraordinários, quer na demonstração dos resultados quer no anexo. Os itens a apresentar na demonstração dos resultados deverão basear-se numa classificação que atenda à sua natureza” (APECA, 2021, p.117).

- A Demonstração dos resultados por funções

A elaboração da Demonstração dos Resultados por Funções é opcional, “podem ser apresentadas na demonstração dos resultados linhas de itens adicionais, quando tal apresentação for relevante para uma melhor compreensão do desempenho financeiro da entidade. Sempre que, em simultâneo para todas as datas de relato incluídas na demonstração dos resultados, não existam quantias a apresentar, as correspondentes linhas deverão ser removidas” (APECA, 2021, p.118).

- A Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

A elaboração da Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, pode ser ou não entregue, “de acordo com o art.º 11 n.º 5 do Decreto-Lei 98/2015 não se aplica às Entidades do Setor Não Lucrativo, apresentando estas, por opção ou por exigência de entidades públicas financiadoras, uma demonstração das alterações nos fundos patrimoniais” (APECA, 2021, p.119).

- A Demonstração dos fluxos de caixa

O propósito da Demonstração dos Fluxos de Caixa “é o de exigir informação acerca das alterações históricas de caixa e seus equivalentes de uma entidade por meio de uma demonstração de fluxos de caixa que classifique os fluxos de caixa

durante o período em operacionais, de investimento e de financiamento” (APECA, 2021, p.120).

- O Anexo

Segundo a NCRF-ESNL, o anexo deve:

- a) “Apresentar informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas usadas;
- b) Divulgar a informação exigida pelos capítulos desta Norma que não seja apresentada na face do balanço e da demonstração dos resultados; e
- c) Proporcionar informação adicional que não seja apresentada na face do balanço e da demonstração dos resultados, mas que seja relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas.

As notas do anexo devem ser apresentadas de uma forma sistemática. Cada item na face do balanço e da demonstração dos resultados, que tenha merecido uma nota no anexo, deve ter uma referência cruzada.

As notas do anexo devem ser apresentadas pela seguinte ordem:

- a) Identificação da entidade, incluindo domicílio, natureza da atividade, nome e sede da entidade -mãe, se aplicável;
- b) Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras;
- c) Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas;
- d) Informação desagregada dos itens apresentados na face do balanço, na demonstração dos resultados por natureza;
- e) Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;
- f) Indicação do número de pessoal cooperante, número de voluntários e de beneficiários, órgãos sociais ou qualquer outra informação que aumente a qualidade da informação contida nas Demonstrações financeiras;

g) Divulgações exigidas por diplomas legais”.

### 3 Estudo Empírico

Neste capítulo apresenta-se a metodologia utilizada nesta dissertação, abordam-se algumas questões pertinentes, expõem-se os métodos da recolha de dados e analisam-se os dados recolhidos, essenciais à conclusão do estudo que nos propusemos levar a cabo.

#### 3.1 Metodologia

A Metodologia utilizada tem como base o estudo de caso com abordagem qualitativa e quantitativa, utilizada para descrever, analisar e dar a conhecer, da melhor maneira, o caso em particular de uma IPSS, denominada por Centro Social Amigos da Lardosa, sediada no Distrito de Castelo Branco.

Segundo Yin (2015, p.32), o estudo de caso é “uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Yin (2015) recomenda o uso simultâneo das duas abordagens metodológicas: qualitativas e quantitativas para complementar e favorecer o estudo e diz-nos que é fundamental haver questões de estudo, que utilizam perguntas de “como” e “porquê”, as quais têm o dever de complementar a análise, intensificar e enaltecer o estudo.

A investigação qualitativa é descritiva e explicativa, e os investigadores qualitativos têm maior interesse pelo processo e plano de estudo do que propriamente pelo resultado (Bogdan Biklen, 2013).

Para Bogdan e Biklen (2013, p.49), a abordagem qualitativa “exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”.

Bogdan e Biklen (2013, p.254) dizem-nos que uma das maneiras de incorporar os dados “consiste em incorporá-los diretamente no texto, de forma a serem parte integrante daquilo que se está a descrever. Nesta técnica, incorpora-se diretamente o diálogo e a

descrição na mesma narrativa. O leitor tem a sensação de estar a ouvir uma história que lhe contam”.

A utilização de métodos quantitativos pressupõe a observação, a explicação e análise de fenómenos, tendo como princípio e base um plano de investigação bem estruturado e que deverá ser seguido.

Segundo Carmo e Ferreira (1998, p.178), um dos objetivos do método quantitativo, “é a generalização dos resultados a uma determinada população em estudo a partir da amostra, o estabelecimento de relações causa-efeito e a previsão de fenómenos”. Também é uma das finalidades essenciais da investigação quantitativa “encontrar relações entre variáveis, fazer descrições recorrendo ao tratamento estatístico de dados recolhidos e testar teorias”.

O estudo irá recair numa IPSS em particular, o Centro Social Amigos da Lardosa. O facto de nem todas as IPSS possuírem site, leva-nos a analisar esta entidade em específico, uma vez que o objetivo é obter o Relatório Anual de Contas que se obtém a partir do site oficial da entidade.

Primeiramente, procede-se à análise das IPSS em Portugal, de modo a enquadrar, da melhor maneira, o Distrito de Castelo Branco. Seguidamente iremos analisar a evolução e os resultados das demonstrações financeiras do Centro Social Amigos da Lardosa, dos anos de 2018, 2019 e 2020, os últimos três anos disponíveis, que nos levam a estudar indicadores económicos, a perceber a situação económica e financeira desta entidade e a efetuar a análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats).

As demonstrações financeiras objeto de análise são o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Mapa de Controlo de Subsídios ao Investimento. Nem todos os indicadores económicos podem ser estudados nesta entidade, e por isso, os indicadores económicos a estudar são:

- Indicadores de Liquidez:
  - Liquidez Geral;
  - Liquidez Reduzida;
  - Liquidez Imediata;
  - Fundo de Maneio.

- Indicadores Económicos:  
Margem Bruta;  
Rendibilidade Operacional das Vendas;  
Rendibilidade Líquida das Vendas.
- Indicadores de Funcionamento:  
Rotação do Ativo.
- Indicadores de Endividamento:  
Endividamento;  
Autonomia Financeira;  
Solvabilidade.
- Indicadores de Rendibilidade:  
Rendibilidade do Ativo;  
Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais.

A recolha dos dados financeiros e o cálculo dos indicadores financeiros tiveram por base a plataforma Microsoft Office Excel.

## **3.2 Algumas questões importantes**

De forma a dar a entender melhor o tema apresentado, existem algumas questões que devem ser colocadas. Deste modo, pretende-se neste ponto abordar alguns aspetos fundamentais sobre a temática apresentada.

### **3.2.1 Como pode ser a Economia Social relevante?**

A cada dia que passa, a Economia Social torna-se cada vez mais um setor importante e indispensável, para se poder, de certa forma, dar uma resposta rápida às fragilidades e novos desafios da sociedade.

O contexto atual de crise económica que vivemos, faz com que se torne um dos principais objetivos a ampliação da Economia Social para enfrentar a crise, prevenir e eliminar a pobreza.

## A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

A Economia Social também procura dar apoio na falta de bens e serviços que carecem na sociedade contribuindo simultaneamente para a criação de empregos, principalmente da parte da sociedade que passa por algumas dificuldades e a parte da sociedade mais jovem.

### **3.2.2 Como pode a Economia Social apoiar e unir a Sociedade?**

Pode-se dizer que a Economia Social promove a união da sociedade, pois, de certo modo, a ligação da sociedade fica mais fortalecida quando existe uma luta mútua com vista a alcançar o mesmo objetivo.

A Economia Social acaba também por fortalecer o crescimento das diversas regiões e muitas vezes acaba por erguer as áreas mais desfavorecidas e, do mesmo modo, aumentar o seu desenvolvimento.

O setor emergente da Economia Social fortalece a sustentabilidade económica, promove a criação e manutenção de emprego, principalmente dos mais jovem que se considera ser o público mais desfavorecido da sociedade, devido à realidade de crise económica vivida.

### **3.2.3 Como se considera o papel das IPSS na Economia Social?**

Quando o assunto é sobre Economia Social referimo-nos a entidades em que o seu principal objetivo não é a maximização do lucro, mas sim dar suporte e apoio à sociedade. Canaveira (2005).

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) procuram desenvolver, através da cooperação com o Estado, atividades de solidariedade social, apoiar a parte mais vulnerável da sociedade, apoiar famílias que passem certas dificuldades, apoiar crianças e jovens desfavorecidos, ajudar nos cuidados de saúde, na educação e resolver problemas habitacionais.

As IPSS acabam por apoiar também o sector económico, uma vez que ao prestar apoio no sector social e solidário criam e promovem o aumento do emprego.

### 3.3 As IPSS em Portugal

A Segurança Social disponibiliza anualmente dados relativos ao número de IPSS distribuídos por distritos, concelhos e por forma jurídica. Deste modo, pensou-se recolher esses dados, relativos aos anos de 2017 e 2022, para se perceber mais acerca da localização onde estão situadas as IPSS em Portugal, a quantidade de IPSS pela sua forma jurídica e por fim debruçarmo-nos e introduzir o Distrito de Castelo Branco que passa a ser o nosso foco nos pontos seguintes.

Primeiramente, o número de IPSS, por distrito, nos anos de 2017 e 2022:

Distrito	Nº de IPSS 2017	% de IPSS 2017	Nº de IPSS 2022	% de IPSS 2022
Aveiro	336	6,56%	341	7,25%
Beja	90	1,76%	92	1,96%
Braga	422	8,24%	387	8,23%
Bragança	120	2,34%	111	2,36%
Castelo Branco	163	3,18%	164	3,49%
Coimbra	284	5,54%	258	5,48%
Évora	164	3,20%	161	3,42%
Faro	166	3,24%	145	3,08%
Guarda	341	6,66%	296	6,29%
Leiria	212	4,14%	203	4,32%
Lisboa	1044	20,38%	907	19,28%
Portalegre	119	2,32%	120	2,55%
Porto	595	11,61%	551	11,71%
Santarém	272	5,31%	245	5,21%
Setúbal	224	4,37%	201	4,27%
Viana do Castelo	147	2,87%	139	2,95%
Vila Real	147	2,87%	138	2,93%
Viseu	277	5,41%	245	5,21%
<b>Total =</b>	<b>5123</b>	<b>100%</b>	<b>4704</b>	<b>100%</b>

Tabela 1 - As IPSS por Distrito em 2017 e 2022

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pela Segurança Social

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

Segundo os dados recolhidos da plataforma da Segurança Social, o número de IPSS diminuiu de 2017 para 2022, verifica-se que as IPSS estão maioritariamente distribuídas nos Distritos de Lisboa e Porto, que representam, em 2017, 20,38% e 11,61%, respetivamente, e em 2020 atingem os valores de 19,28% e 11,71%.

Distritos como Aveiro, Beja, Castelo Branco e Portalegre têm aumentos nos números das suas IPSS, já os Distritos de Braga, Bragança, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu traduzem uma diminuição do número de IPSS de 2017 para 2022.

Mantém-se firme a luta do entre o litoral e o interior, sendo notório o grande número de entidades nas áreas metropolitanas e a decadência no interior. O interior será sempre o mais massacrado neste ponto, talvez a perspetiva se altere daqui a alguns anos, mas atualmente é esta a visão que temos.

Seguidamente, o número de entidades pela forma jurídica em Portugal, nos anos de 2017 e 2022:

<b>Forma Jurídica</b>	<b>Nº de entidades 2017</b>	<b>% em 2017</b>	<b>Nº de entidades 2022</b>	<b>% em 2022</b>
Associação	3336	65,12%	3016	64,12%
Centro Social Paroquial	985	19,23%	904	19,22%
Fundação	252	4,92%	250	5,31%
Misericórdia	344	6,71%	345	7,33%
Instituto de Organização Religiosa	206	4,02%	189	4,02%
<b>Total =</b>	<b>5123</b>	<b>100%</b>	<b>4704</b>	<b>100%</b>

Tabela 2 - As IPSS pela sua forma jurídica em 2017 e 2022

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pela Segurança Social

Segundo os dados recolhidos, a forma jurídica mais comum em Portugal é a de Associação, representando os valores de 3336 em 2017 e 3016 em 2022.

A forma jurídica de Centro Social Paroquial diminuiu de 2017 para 2022, de 985 para 904, a de Fundação também diminuiu, passando de 252 para 250, a de Misericórdia já

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

apresenta um aumento de 344 para 345 e por fim a de Instituto de Organização Religiosa apresenta uma diminuição de 206 para 189, nos anos de 2017 para 2022.

E, finalmente, debruçamo-nos sobre a forma jurídica no distrito de Castelo Branco, nos anos de 2017 e 2022:

Forma Jurídica em Castelo Branco	Nº de entidades 2017	% em 2017	Nº de entidades 2022	% em 2022
Associação	114	69,94%	116	70,73%
Centro Social Paroquial	19	11,66%	18	10,98%
Fundação	4	2,45%	5	3,05%
Misericórdia	22	13,50%	22	13,41%
Instituto de Organização Religiosa	4	2,45%	3	1,83%
<b>Total =</b>	<b>163</b>	<b>100%</b>	<b>164</b>	<b>100%</b>

*Tabela 3 - As IPSS pela sua forma jurídica no Distrito de Castelo Branco em 2017 e 2022  
Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pela Segurança Social*

Focando-nos no Distrito de Castelo Branco, o número de IPSS aumenta apenas um valor de 2017 para 2022, passando de 163 entidades para 164 entidade.

A forma jurídica de Associação e de Fundação aumentou, já o Centro Social Paroquial e o Instituto de Organização Religiosa diminuem os seus números, mantendo-se com os mesmos valores a forma jurídica de Misericórdia.

### 3.4 O Centro Social Amigos da Lardosa

A Entidade “Centro Social Amigos da Lardosa”, tem como objetivo o apoio e o bem-estar social a fim de oferecer uma melhoria de vida aos seus utentes. Está sediada na aldeia de Lardosa, pertencente ao concelho de Castelo Branco e tem a forma jurídica de Associação com registo em 1985.

E, segundo os dados disponibilizados pela entidade, esta instituição detém três respostas sociais que pode proporcionar aos seus utentes: a Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), o Centro de Dia (CD) e também o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Nos anos em análise, em 2018, em média, a Estrutura Residencial para Idosos dispunha de 33 utentes e de 25 funcionários, o Centro de Dia de 20 utentes e 4 funcionários e o Serviço de Apoio Domiciliário de 24 utentes e de 4 funcionários. A instituição, no ano de 2019, possuía um total de 77 utentes e 33 funcionários

Em 2019, em média, a Estrutura Residencial para Idosos dispunha de 33 utentes e de 26 funcionários, o Centro de dia de 20 utentes e 3 funcionários e o Serviço de Apoio Domiciliário de 24 utentes e de 4 funcionários. A instituição, no ano de 2019, possuía um total de 77 utentes e 33 funcionários.

Em 2020, em média, a Estrutura Residencial para Idosos dispunha de 33 utentes e de 27 funcionários, o Centro de dia de 16 utentes e 2 funcionários e o Serviço de Apoio Domiciliário de 24 utentes e de 4 funcionários. A instituição, no ano de 2020, possuía um total de 73 utentes e 33 funcionários.

A instituição disponibiliza o relatório e contas anuais, composto pelas seguintes demonstrações financeiras (DF): Demonstração de Resultados por Naturezas, Balanço, Demonstração de Fluxos de Caixa e, quando existe, o Mapa de Controlo de Subsídios ao Investimento.

### 3.5 O Balanço

O Balanço é a Demonstração Financeira que representa a posição financeira num momento preciso, que normalmente é o final do seu exercício económico, e onde são divulgados os elementos do Ativo, Passivo e Capital Próprio (neste tipo de entidade falaremos de Fundo Patrimonial).

Segundo Batista da Costa e Correia Alves (2021), devem ser considerados os seguintes aspetos na apresentação do Balanço:

- a) As entidades devem adotar exclusivamente o modelo vertical;

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

- b) Uma entidade deve apresentar os elementos do ativo que devem ser divididos em ativos correntes e ativos não correntes, e os elementos do passivo devem ser divididos em passivo corrente e passivo não corrente.
- c) Na rubrica adiantamentos a classificação deverá ser monetária ou não monetária;
- d) A rubrica ativo é apresentada líquida de depreciações ou amortizações acumuladas e de imparidades acumuladas;
- e) Nos acréscimos estes não têm uma rubrica individual ficando incluídos em Outros créditos a receber e em Outras dívidas a pagar;
- f) Existe apenas uma coluna para cada período e as quantias apresentadas em cada uma delas são as líquidas;
- g) Em determinadas linhas devemos ter em consideração a forma jurídica da entidade em causa. Por exemplo: considerar Ações próprias no caso de sociedades anónimas e considerar Quotas próprias no caso de sociedades por quotas;
- h) Embora devidamente segregados, os interesses que não controlam fazem parte do capital próprio;
- i) As ações próprias (ou as quotas próprias) são apresentadas pela quantia líquida de descontos e prémios.

Apresenta-se, em seguida, o Balanço da entidade em assunto relativo aos anos de 2018, 2019 e 2020:

## A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

Balço	NOTAS	PERÍODOS		
		2018	2019	2020
Valores em euros				
<b>Ativo</b>		<b>590 419,55</b>	<b>632 219,75</b>	<b>632 425,47</b>
<b>Ativo não corrente</b>		<b>362 201,26</b>	<b>372 276,92</b>	<b>357 443,68</b>
Ativos fixos tangíveis		360 581,65	370 054,52	354 424,89
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis		271,68	271,68	271,68
Investimentos financeiros		1 347,93	1 950,72	2 747,11
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/ doadores/associados/membros		0,00	0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00	0,00
<b>Ativo corrente</b>		<b>228 218,29</b>	<b>259 942,83</b>	<b>274 981,79</b>
Inventários		0,00	1 222,39	3 219,87
Créditos a receber		2 876,04	1 769,25	1 022,58
Estado e outros entes públicos		2 057,65	667,28	1 075,17
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/ doadores/associados/membros		0,00	0,00	0,00
Diferimentos		0,00	7 095,07	7 549,84
Outros ativos correntes		0,00	500,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		223 284,60	248 688,84	262 114,33
<b>Fundos Patrimoniais e Passivo</b>		<b>590 419,55</b>	<b>632 219,75</b>	<b>632 425,47</b>
<b>Fundos Patrimoniais</b>		<b>506 341,97</b>	<b>533 584,55</b>	<b>532 760,49</b>
Fundos		579 297,96	579 297,96	506 341,97
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00	0,00
Resultados transitados		-75 691,98	-72 955,99	6 298,30
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	20 944,29	18 617,14
Subsídios ao investimento		0,00	0,00	18 617,14
Doações		0,00	0,00	0,00
Outras Variações		0,00	20 944,29	0,00
Resultado líquido do período		2 735,99	6 298,29	1 503,08
<b>Passivo</b>		<b>84 077,58</b>	<b>98 635,20</b>	<b>99 664,98</b>
<b>Passivo não corrente</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Provisões		0,00	0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>		<b>84 077,58</b>	<b>98 635,2</b>	<b>99 664,98</b>
Fornecedores		13 863,23	16 295,72	20 241,35
Estado e outros entes públicos		8 545,82	9 499,47	10 221,21
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/ doadores/associados/membros		0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

Diferimentos		53 655,88	3 547,54	0,00
Outros passivos correntes		8 012,65	69 292,47	69 202,42

Tabela 4 - O Balanço

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Centro Social Amigos da Lardosa

Segundo o Balanço da entidade, o valor do *ativo* apresenta um crescimento ao longo dos anos em análise, em 2018 o valor era de 590 419,55€, aumentando para 632 219,75€ em 2019 e em 2020 aumentando para 632 425,47€. No *ativo*, o valor do *ativo não corrente* é superior ao valor do *ativo não corrente*, ao longo dos anos em análise.

Na rubrica *ativo não corrente* verifica-se um aumento de 2018 para 2019 e uma diminuição de 2019 para 2020, em que a rubrica com maior impacto é a dos *ativos fixos tangíveis*, que apresenta um aumento de 2018 para 2019 e uma redução de 2019 para 2020. Os *ativos intangíveis* apresentam o mesmo valor ao longo dos anos analisados. E os *investimentos financeiros* apresentam um aumento ao longo dos anos de 2018, 2019 e 2020.

O *ativo corrente* apresenta um aumento ao longo dos anos em análise, tendo a rubrica *caixa e depósitos bancários* um maior impacto, com um aumento ao longo dos anos. Os *inventários* também registaram um aumento ao longo dos anos em apreço, sendo que no ano de 2018 apresenta um valor nulo. Os *créditos a receber* registam uma diminuição ao longo dos anos em análise, a rubrica *estado e outros entes públicos* apresenta uma diminuição de 2018 para 2019 e um aumento de 2019 para 2020, e a rubrica *diferimentos* regista um aumento ao longo dos anos, sendo que 2018 apresentou resultado nulo.

Neste tipo de entidades não falamos em capital próprio, mas sim em fundo patrimonial. Neste balanço o valor da rubrica dos *fundos patrimoniais* regista um aumento de 2018 para 2019 e uma diminuição de 2019 para 2020. A rubrica dos *fundos* apresenta o mesmo valor no ano de 2018 e no ano de 2019, diminuindo de valor em 2020. A rubrica *resultados transitados* apresenta valor negativo em 2018 e 2019, por prejuízos acumulados, e em 2020 apresenta um saldo positivo. A rubrica *ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais* é o somatório dos saldos das rubricas de *subsídios ao investimento, doações e outras variações*, que iremos analisar mais a frente e verifica-se

um saldo nulo em 2018, um aumento de 2018 para 2019 e uma diminuição de 2019 para 2020.

No *passivo*, fazemos a distinção entre *passivo corrente* e *passivo não corrente*, embora a rubrica *passivo não corrente* apresente saldo nulo nos anos em análise. No *passivo corrente*, o valor dos *fornecedores* e a rubrica *estado e outros entes públicos* aumenta ao longo dos anos analisados, os *diferimentos* diminuem de 2018 para 2019 e são nulos no ano de 2020, os *outros passivos correntes* aumentam de 2018 para 2019 e diminuem de 2019 para 2020.

A entidade obteve um *resultado líquido* positivo nos anos em estudo, aumentando este de 2 735,99€, em 2018, para 6 298,29€ em 2019 e diminuindo para 1 503,08€ em 2020.

### 3.6 A Demonstração dos Resultados

Segundo Pinho e Tavares (2012), a Demonstração dos Resultados resulta da agregação das componentes económicas de uma determinada entidade, num dado período (normalmente corresponde a um exercício económico). Na Demonstração de Resultados, tal como o nome indica, o resultado é mensurado segundo a diferença entre as componentes positivas e as componentes negativas, por outras palavras, corresponde aos rendimentos deduzidos dos gastos.

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

Demonstração dos Resultados por Naturezas	PERÍODOS		
	Valores em euros	2018	2019
Vendas e serviços prestados	390 004,18	394 689,72	387 154,53
Subsídios, doações e legados à exploração	208 609,41	212 564,83	249 960,49
Subsídios de entidades públicas	208 426,85	211 845,79	247 969,75
ISS, IP - Centros Distritais	208 426,85	211 845,79	240 911,65
ISS, IP - Apoios excecionais e extraordinários	0,00	0,00	0,00
Outras entidades públicas	0,00	0,00	7 058,10
Subsídios de outras entidades	182,56	719,04	1 990,74
Doações heranças e legados	0,00	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-93 317,69	-87 520,68	-91 006,80
Fornecimentos e serviços externos	-129 390,37	-127 698,62	-148 532,91
Gastos com o pessoal	-405 312,64	-401 857,94	-407 046,95
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	45 165,96	33 508,83	27 883,16
Correções relativas a anos anteriores	0,00	0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP	0,00	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores	0,00	0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	45 165,96	33 508,83	27 883,16
Outros gastos	-516,54	-846,72	-742,56
Correções relativas a anos anteriores	0,00	0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP	0,00	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores	0,00	0,00	0,00
Outros gastos	-516,54	-846,72	-742,56
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>	<b>15 242,31</b>	<b>22 839,42</b>	<b>17 668,96</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-14 801,85	-17 080,44	-16 402,44
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>	<b>440,46</b>	<b>5 758,98</b>	<b>1 266,52</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	2 331,94	569,31	319,71
Juros e gastos similares suportados	-36,41	-30,00	-83,15
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>2 735,99</b>	<b>6 298,29</b>	<b>1 503,08</b>

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>2 735,99</b>	<b>6 298,29</b>	<b>1 503,08</b>

Tabela 5 - A Demonstração de Resultados por Natureza

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Centro Social Amigos da Lardosa

Na Demonstração de Resultados desta entidade verificamos que as *vendas e serviços prestados* aumentaram de 390 004,18€ em 2018 para 394 689,72€ em 2019 registando uma diminuição de 2019 para 2020 com 387 154,53€. Os *subsídios, doações e legados à exploração* aumentaram durante os anos em análise. Os *subsídios de entidades públicas correspondem* a subsídios da ISS, IP – Centros Distritais, aumentando durante os anos em análise, tendo a rubrica *outras entidades públicas* apenas valor no último ano e os *subsídios de outras entidades* aumentam ao longo dos anos em estudo.

O *custo das mercadorias vendidas* e das matérias consumidas corresponde, segundo o Banco de Portugal (2022) “ao custo das saídas por vendas ou consumo de materiais por integração no processo de produção de inventários”, diminui de 2018 para 2019 e aumenta de 2019 para 2020, os *fornecimentos e serviços externos* correspondem segundo o mesmo Banco (2022) aos “gastos do período com bens de consumo imediato e serviços prestados por terceiros” e apresentam uma diminuição de 2018 para 2019 e de 2019 para 2020 apresentam um aumento, os *gastos com o pessoal* correspondem ao valor das *remunerações*, dos *encargos sobre remunerações* e também alguns *benefícios atribuídos aos empregados* que diminuem de 2018 para 2019 e de 2019 para 2020 registam um aumento desses gastos. A rubrica *outros rendimentos* regista uma diminuição ao longo dos anos em análise, e a rubrica *outros gastos* regista um aumento de 2018 para 2019 e uma diminuição desses gastos para 2020.

O *resultado antes de depreciações e amortizações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)*, diz respeito, segundo o Banco de Portugal (2022), ao “resultado das atividades de exploração e das atividades financeiras das empresas, não incluem os gastos relativos às depreciações e amortizações (líquidos de reversões), gastos de financiamento e os impostos sobre o rendimento”, apresentando um aumento de 2018 com 15 242,31€ para 2019 com 2 283,42€ e uma diminuição de 2019 para 2020 com o valor de 17 668,96€. Os

*gastos de depreciação e de amortização* registam um aumento de 2018 para 2019 e uma diminuição de 2019 para 2020. Já o *resultado antes de gastos de financiamento e impostos* é determinado, neste caso, subtraindo os *gastos/reversões de depreciações e de amortização* ao *resultado antes de depreciações e amortizações*, *gastos de financiamento e impostos*, obtendo os valores de 440,46€ em 2018, aumentando em 2019 para 5 758,98€ e diminuindo em 2020 para 1 266,52€.

Os *juros e rendimentos similares obtidos* diminuem ao longo dos anos em análise e os *juros e gastos similares suportados* apresentam uma diminuição de 2018 para 2019 e um aumento de 2019 para 2020. O *resultado antes de imposto* corresponde à subtração dos *juros e rendimentos similares obtidos* mais os *juros e gastos similares suportados* ao *resultado antes de gastos de financiamento e imposto*, o qual regista um aumento de 2018 para 2019 e uma diminuição de 2019 para 2020.

Finalmente, o *resultado líquido do período* é calculado, subtraindo o *imposto sobre o rendimento do período* ao *resultado antes de imposto*, verificando-se um aumento do *resultado líquido* da entidade de 2018 para 2019, de 2 735,99€ para 6 298,29€ e diminuindo o seu valor no ano de 2020 para 1 503,08€. A entidade apresenta um *resultado líquido* positivo, significa que obteve lucro, ao longo dos anos em análise.

### 3.7 A Demonstração de Fluxos de Caixa

O facto de uma entidade obter lucros não significa necessariamente que disponha de dinheiro, mas também não consegue sobreviver sem meios monetários.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa advém das rubricas que resultam dos recebimentos e dos pagamentos ocorridos durante um determinado período e explica ainda como foram gerados esses meios financeiros e a variação ocorrida desses recebimentos e pagamentos. (Pinho e Tavares, 2012)

A demonstração de fluxos de caixa agrega as componentes de recebimentos e pagamentos segundo três fluxos fundamentais:

- Os fluxos de caixa das atividades operacionais, são as atividades que decorrem do objeto social da entidade, onde incluem as atividades geradoras de lucro excluindo

## A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

atividades de investimento e de financiamento. Os fluxos das atividades operacionais transmitem um indicador da entidade em gerar meios suficientes para garantir e manter a sua capacidade operacional;

- Os fluxos de caixa das atividades de investimento, representam a aquisição e alienação de ativos a longo prazo e de investimentos financeiros não considerados como equivalentes de caixa. Transmite a quantidade despendida para a obtenção de recursos com o objetivo em gerar resultados ou fluxos de caixa futuros;
- Os fluxos de caixa das atividades de financiamento, correspondem a todas as atividades que tem como consequência a alteração da composição dos empréstimos obtidos ou do capital próprio da entidade. Permite perceber as necessidades de meios de pagamentos e de novas entradas (Pinho e Tavares, 2012).

A Demonstração dos Fluxos de Caixa da entidade objeto de estudo é a que se apresenta em seguida.

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

Demonstração dos Fluxos de Caixa Valores em euros	NOTAS	PERÍODOS		
		2018	2019	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>12 381,11</b>	<b>22 504,11</b>	<b>14 747,56</b>
Recebimentos de clientes e utentes		515 210,51	484 892,51	459 689,86
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-478 628,58	-417 990,94	-420 200,13
Pagamentos ao pessoal		-175 304,95	-236 049,51	-235 261,67
Caixa gerada pelas operações		-138 723,02	-169 147,94	-195 771,94
Pagamento/recebimento do imposto s/ o rendimento		0,00	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		151 104,13	191 652,05	210 519,50
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00
Doações		0,00	0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>12 381,11</b>	<b>22 504,11</b>	<b>14 747,56</b>

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		213 803,62	226 184,73	248 688,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período		226 184,73	248 688,84	263 436,40

Tabela 6 - A Demonstração de Fluxos de Caixa.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Centro Social Amigos da Lardosa

Analisando a Demonstração de Fluxos de Caixa da entidade, verificamos que nos anos em análise não houve recurso a *atividades de investimento*, a entidade não teve gastos na obtenção de recursos com o objetivo de gerar resultados e fluxos de caixa futuros, nem houve recurso a *atividades de financiamento*, não houve alteração na composição dos empréstimos da entidade.

Relativamente às *atividades operacionais* os valores aumentam de 12 381,11€ em 2018 para 22 504,11€ em 2019 e diminuem para 14 747,56€ em 2020, apresentando nos anos em análise valores positivos o que significa que os meios operacionais da entidade estão a gerar meios financeiros que são usados como forma de pagamento para os compromissos da entidade. Os *recebimentos de clientes e utentes* diminuem ao longo dos anos em análise, os *pagamentos a fornecedores* e os *pagamentos ao pessoal* aumentam de 2018 para 2019 e diminuem de 2019 para 2020, por fim a rubrica *outros recebimentos/pagamentos* aumenta ao longo dos anos em análise.

A *variação de caixa e seus equivalentes* resulta apenas das *atividades operacionais*, visto que as *atividades de financiamento* e as *atividades de investimento* apresentam valores nulos.

A rubrica *caixa e seus equivalentes no início do período* corresponde ao saldo no início do período relativo a dinheiro e depósitos bancários disponíveis pela entidade no início do período em causa, neste caso os valores aumentam ao longo dos anos.

A rubrica *caixa e seus equivalentes no fim do período* corresponde ao saldo no fim do período relativo a dinheiro e depósitos bancários disponíveis pela entidade no fim do período em causa, neste caso os valores aumentam ao longo dos anos.

### 3.8 Mapa de Controlo de Subsídios ao Investimento

Com o objetivo de gerar e simplificar o controlo sob os subsídios atribuídos às IPSS, foi criado um Mapa de Controlo de Subsídios ao Investimento a ser preenchido anualmente.

Controlo de Subsídios ao Investimento						
Valores em euros						
Investimento	Designação Ativo	Valor inicial	Taxa	Ano início	Ano fim	Subsídio investimento IS
EC	Pavimento e pintura edifício	23 271,43 €	10%	2019	2028	0,00 €
<b>Totais</b>		<b>23 271,43 €</b>				<b>0,00 €</b>

Controlo de Subsídios ao Investimento (continuação)				
Valores em euros				
Subsídio investimento total	Imputação ano (conta 7883)	Ajustamentos positivos	Ajustamentos negativos	Valor líquido ano (conta 593)
23 271,43 €	2 327,14 €	0,00 €	0,00 €	18 617,14 €
<b>23 271,43 €</b>	<b>2 327,14 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>18 617,14 €</b>

Tabela 7 - Mapa de Controlo de Subsídios ao Investimento

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Centro Social Amigos da Lardosa

No ano de 2019 a entidade obteve um subsídio ao investimento, 100% sob a forma de fundo perdido, para a requalificação do pavimento e pintura do edifício, o qual tem o valor de 23 271,43€ e será depreciado em 10 anos com a taxa de 10%. Verificando pelos valores que constam no balanço, em 2019 o valor que deverá constar em outras variações

resulta da multiplicação do valor da amortização pelo valor do subsídio,  $23\,271,43€ - (23\,271,43€ \times 10\% \times 1) = 20\,944,29€$ .

No ano de 2020 o valor que deverá estar em subsídios ao investimento já será  $18\,617,14€$  que resultará de:  $23\,271,43€ - (23\,271,43€ \times 10\% \times 2)$ .

### 3.9 Indicadores de Análise Financeira

Neste ponto pretende-se analisar um conjunto de indicadores financeiros com base nas Demonstrações Financeiras da entidade em estudo, o Centro Social Amigos da Lardosa. Um bom relatório de análise financeira não tem necessariamente de conter os mais diversos indicadores, mas sim os mais relevantes, portanto, não se pretende neste ponto descrever os mais variadíssimos indicadores, mas sim organizá-los e interpretá-los de uma forma compreensível para análise da situação económica e financeira da entidade presente.

Segundo Caldeira (2020, p.16), dificilmente encontramos um bom indicador com todas estes traços, sendo possível identificar algumas das características de um bom indicador, como sendo:

- “Pertinência dos indicadores para a gestão;
- Credibilidade do resultado;
- Esforço aceitável para o apuramento do resultado;
- Simplicidade de interpretação;
- Simplicidade do algoritmo de cálculo;
- Fonte de dados dentro de “casa”;
- Cálculo automático;
- Possibilidade de auditar as fontes de dados com eficácia;
- Alinhado com a frequência de monitorização;
- Possibilidade de calcular em momentos extraordinários;
- Protegido de efeitos externos;
- Não gera efeitos perversos;
- Possibilidade de benchmarking;
- Atualizado;

- Possibilidade de ter uma meta”.

Assim, deste modo, iremos abordar alguns dos indicadores mais importantes:

- Indicadores de Liquidez
- Indicadores Económicos
- Indicadores de Funcionamento
- Indicadores de Endividamento
- Indicadores de Rendibilidade

### 3.9.1 Indicadores de Liquidez

Os indicadores de liquidez permitem saber qual a capacidade de a entidade solver as suas obrigações (passivos) a curto prazo. (Pinho e Tavares, 2012)

Neste ponto analisam-se os indicadores Liquidez Geral, Liquidez Reduzida, Liquidez Imediata e Fundo de Maneyo. Primeiramente temos:

	2018	2019	2020
<b>Liquidez Geral</b>	271,43%	262,53%	275,90%
<b>Liquidez Reduzida</b>	271,43%	262,30%	272,67%
<b>Liquidez Imediata</b>	265,57%	252,13%	263,00%

Tabela 8 - Liquidez Geral, Liquidez Reduzida e Liquidez Imediata  
Fonte: Elaboração própria

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$$

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

A Liquidez Geral é calculada dividindo a rubrica “Ativo Corrente” com o “Passivo Corrente” e permite saber se uma entidade consegue cumprir com as suas obrigações a curto prazo. Este indicador deverá ser superior a 1, caso contrário a entidade em análise deverá estar em dificuldades. Esta afirmação é verdadeira, mas convém complementar com informação ao nível do equilíbrio financeiro. (Pinho e Tavares, 2012)

Com base nos dados recolhidos podemos verificar que a percentagem de liquidez geral diminuiu de 2018 para 2019, de 271,43% para 262,53€ e aumenta de 2019 para 2020 de 262,53% para 275,90%. Verifica-se que os valores se mantêm superiores a 1, os relativos ao ativo corrente são superiores ao seu passivo corrente, e, portanto, o risco para os credores é baixo.

$$Liquidez Reduzida = \frac{\text{Ativo Corrente} - \text{Inventários e Ativos Biológicos Consumíveis}}{\text{Passivo Corrente}}$$

Este indicador é mais preciso que o anterior, retirando os inventários e os ativos biológicos consumíveis. Este indicador indica a capacidade que a entidade tem em pagar as suas dívidas. (Pinho e Tavares, 2012)

O valor deste indicador deverá ser superior a 1, pois significa que a entidade tem capacidade suficiente para pagar as suas dívidas apenas com o dinheiro que tem no momento e também com o dinheiro que os seus clientes devem à entidade.

Quando nos debruçamos sobre os resultados recolhidos, podemos observar que os resultados são superiores a 1 e que o valor diminuiu de 2018 para 2019, de 271,43% para 262,30% e aumenta de 2019 para 2020 valor e 262,30% para 272,67%.

$$Liquidez Imediata = \frac{\text{Meios Financeiros Líquidos}}{\text{Passivo Corrente}}$$

Este indicador expressa a capacidade de a entidade solver as suas obrigações de forma imediata. É um indicador muito redutor sendo impossível definir que valores o mesmo

deve assumir para efeitos de uma análise favorável sobre o tema liquidez. (Pinho e Tavares, 2012)

Sobre os dados recolhidos verificamos que a percentagem de liquidez imediata diminuiu de 2018 para 2019, de 265,57% para 252,13€ e aumenta de 2019 para 2020 de 252,13% para 263,00%.

Relativamente ao Fundo de Maneio:

*Fundo de Maneio = Ativo Corrente – Passivo Corrente*

O Fundo de Maneio é o valor do ativo corrente deduzido do passivo corrente.

Corresponde à margem de segurança que a entidade precisa para desenvolver o seu negócio e obter liquidez a curto prazo. (Caldeira 2020)

Ao analisarmos o fundo de maneio, verificamos que apresenta valores positivos e que aumentam ao longo dos anos em análise, passando de 144 140,7€ para 161 307,6€ de 2018 para 2019 e aumentando para 175316,8€ em 2020, assegurando assim, deste modo, a liquidez essencial para satisfizer as suas obrigações num curto espaço de tempo.

### **3.9.2 Indicadores Económicos**

Os indicadores económicos são calculados sobre as rubricas da demonstração de resultados.

É habitual utilizar a Margem Bruta, a Rendibilidade Operacional das Vendas e a Rendibilidade Líquida das Vendas.

Na Margem Bruta, temos:

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

	2018	2019	2020
Vendas e serviços prestados	390 004,18€	394 689,72€	38 7154,53€
Fornecimentos e serviços externos	-129 390,37€	-127 698,62€	-148 532,91€
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-93 317,69€	-87 520,68€	-91 006,80€
<b>Margem Bruta</b>	<b>612 712,24€</b>	<b>609 909,02€</b>	<b>626 694,24€</b>

Tabela 8 - Margem Bruta  
Fonte: Elaboração própria

*Margem Bruta*

$$= \text{Vendas e Serviços Prestados} - \text{Fornecimentos e Serviços Externos} \\ - \text{Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas}$$

Este indicador traduz-nos a margem comercial obtida sobre as vendas ou serviços prestados, por isso quanto maior for a margem bruta da entidade, melhor será a sua situação económica. Este indicador permite-nos calcular o lucro obtido pelas vendas ou serviços prestados. (Pinho e Tavares, 2012)

Os valores obtidos por este indicador diminuem de 2018 para 2019 e aumentam de 2019 para 2020.

Relativamente à Rendibilidade Operacional das Vendas e à Rendibilidade Líquida das Vendas:

	2018	2019	2020
<b>Rendibilidade Operacional das Vendas</b>	0,11%	1,46%	0,33%
<b>Rendibilidade Líquida das Vendas</b>	0,70%	1,60%	0,39%

Tabela 9 - Rendibilidade Operacional das Vendas e Rendibilidade Líquida das Vendas  
Fonte: Elaboração própria

$$\text{Rendibilidade Operacional das Vendas} = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Volume de Negócios}}$$

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

Este indicador reflete em que medida a Margem Bruta é reduzida após dedução de todos os gastos operacionais reconhecidos. A análise deste indicador é similar ao indicador Margem Bruta. (Pinho e Tavares, 2012)

A Rendibilidade Operacional das Vendas aumenta bastante de 2018 para 2019, passando de 0,11% para 1,46%, e diminuindo, também, bastante de 2019 para 2020, passando de 1,46% para 0,33%.

$$\text{Rendibilidade Líquida das Vendas} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Volume de Negócios}}$$

O indicador Rendibilidade Líquida das Vendas permite perceber qual a viabilidade do negócio em causa, identificando a “proporção final retida pela empresa, em face das vendas realizadas (volume de negócios), após dedução da totalidade dos gastos incorridos no período”. (Pinho e Tavares, 2012, p.62)

Quanto maior for o valor deste indicador, melhor a situação económica da entidade.

A Rendibilidade Líquida das Vendas aumenta bastante de 2018 para 2019, passando de 0,70% para 1,60%, e diminuindo, também, bastante de 2019 para 2020, passando de 1,60% para 0,39%.

### 3.9.3 Indicadores de Funcionamento

Os indicadores de funcionamento permitem comparar a utilização dos recursos disponíveis da entidade. (Pinho e Tavares, 2012)

Normalmente os indicadores são complementados com a Rotação do Ativo:

	2018	2019	2020
<b>Rotação do Ativo</b>	66,06%	62,43%	61,22%

Tabela 10 - Rotação do Ativo  
Fonte: Elaboração própria

$$\text{Rotação do Ativo} = \frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Ativo}}$$

O indicador Rotação do Ativo indica o grau de intensidade na utilização dos ativos. Este indicador ao apresentar valores elevados indica uma elevada rotatividade, caso apresente valores baixos indica que o negócio tem rotatividade lenta, ou seja exige um valor elevado de ativos para um volume de negócios reduzido. (Pinho e Tavares, 2012)

O valor deste indicador diminui, embora apresente valores acima de 60% nos anos em análise.

### 3.9.4 Indicadores de Endividamento

Os indicadores de endividamento pretendem mensurar em que medida os ativos são financiados por capitais próprios ou capitais alheios. (Pinho e Tavares, 2012)

Alguns dos indicadores são Endividamento, Autonomia Financeira e Solvabilidade:

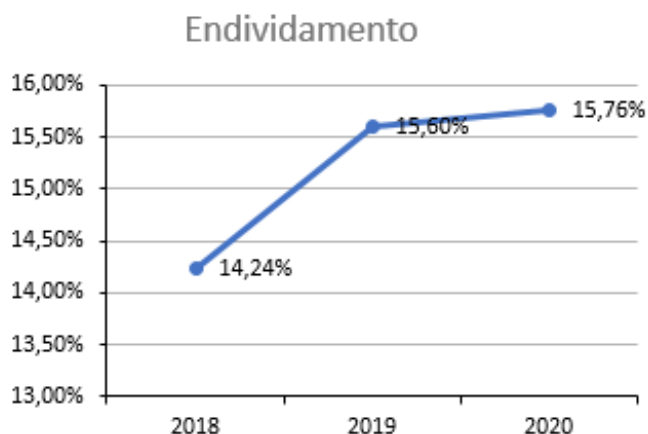


Figura 1 – Endividamento  
Fonte: Elaboração própria

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$$

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

Os valores que este indicador deve apresentar variam entre 0 e 1, podendo assumir esses valores em situações extremas. Caso a entidade apresente um valor mais perto de 1 pode-se dizer que estamos perante uma entidade endividada; contrariamente, caso o valor esteja mais perto de 0, dizemos que estamos perante uma entidade onde os ativos são financiados por capitais próprios, e consequentemente com elevada autonomia financeira. No caso desta entidade falamos em Fundos Patrimoniais ao invés de Capital Próprio. (Pinho e Tavares, 2012)

Nos valores apresentados, percebemos que a percentagem de endividamento vem aumentando ao longo dos anos em análise, embora mantenha valores baixos, estando mais perto do zero. Em 2018 o valor é de 14,24%, em 2019 de 15,60% e em 2020 o valor é de 15,76%.

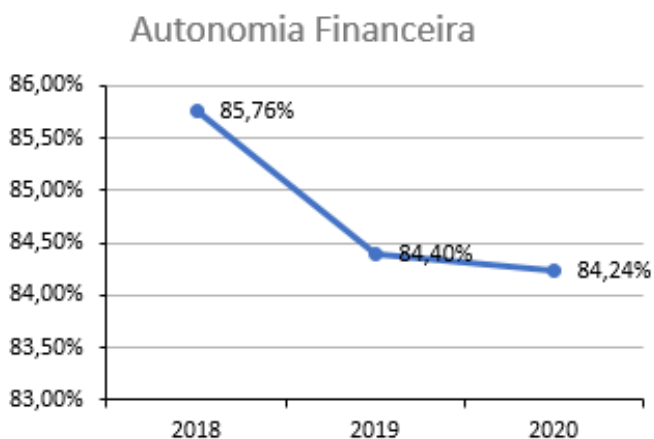


Figura 2 - Autonomia Financeira  
Fonte: Elaboração própria

$$\text{Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo}}$$

Este indicador complementa o indicador anterior. O endividamento, por exemplo, quando o endividamento for 0,2 a autonomia financeira é 0,8. Neste caso em particular não falamos de Capital Próprio, mas sim em Fundos Patrimoniais.

## A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

Não existe um valor perfeito de autonomia financeira, mas quanto maior for este indicador, maior a proporção de capital próprio aplicado, ou seja, existe num menor risco de insolvência. (Pinho e Tavares, 2012)

Contrariamente ao que foi dito sobre o indicador anterior, os valores tendem a diminuir ao longo dos anos em análise. Em 2018 o valor é de 85,76%, em 2019 de 84,40% e em 2020 o valor é de 84,24%.

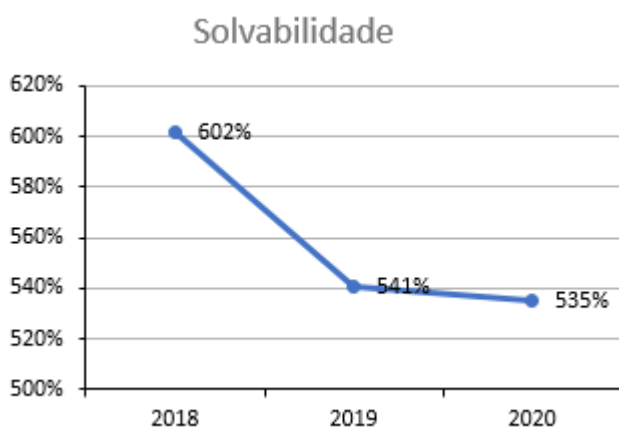


Figura 3 – Solvabilidade  
Fonte: Elaboração própria

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}}$$

Este rácio indica qual a capacidade de a entidade solver as suas obrigações, ou seja, de pagar as suas dívidas. No caso desta entidade falamos de fundos patrimoniais e não em capital próprio.

Quanto maior for este indicador, maior será a estabilidade financeira da entidade; contrariamente, quando mais baixo for o valor deste indicador mais frágil será a entidade.

Quando este rácio apresentar valores superiores a 1, significa que a entidade está solvente, ou seja, os fundos patrimoniais garantem a liquidação do passivo da entidade.

Ao contrário, se os valores forem menores que 1, significa que os fundos patrimoniais não conseguem assegurar a cobertura do passivo da entidade. Os valores deste indicador diminuem ao longo dos anos em análise.

### 3.9.5 Indicadores de Rendibilidade

O indicador Rendibilidade do Ativo, em percentagem, é dado pela comparação entre o Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos), ou seja, o EBIT, e o total do Ativo da entidade. Alguns dos indicadores a analisar são a Rendibilidade do Ativo e a Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais:

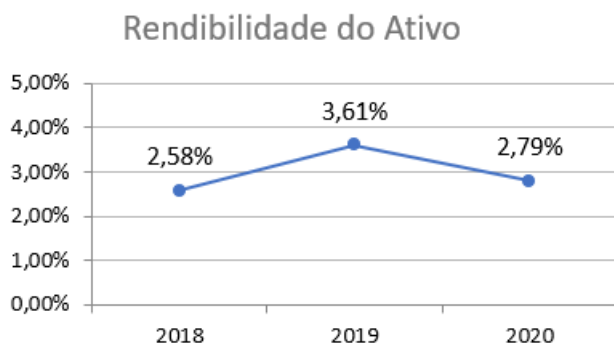


Figura 4 - Rendibilidade do Ativo  
Fonte: Elaboração própria

$$\text{Rendibilidade do Ativo} = \frac{\text{EBITDA}}{\text{Ativo}}$$

Embora apresente um grande crescimento de 2018 para 2019 e verifica-se uma diminuição de 2019 para 2020, ambos os anos em análise são positivos, o que significa que houve uma boa utilização do ativo para gerar resultados positivos.

Segundo a Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais:

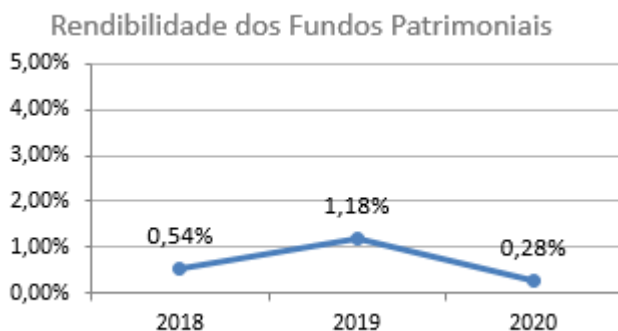


Figura 5 - Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais  
Fonte: Elaboração própria

$$\text{Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Fundos Patrimoniais}}$$

Os resultados ao indicador Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais seguem a mesma linha que o indicador calculado anteriormente, aumenta bastante de 2018 para 2019 e volta a diminuir do ano de 2019 para 2020. Este indicador é dado pela divisão do Resultado Líquido do período pelos Fundos Patrimoniais e é apresentado em forma de percentagem.

### 3.10 Apreciação Crítica

O Centro Social Amigos da Lardosa apresenta resultados positivos nos anos de 2018, 2019 e 2020 contribuindo, assim, para o desenvolvimento económico na zona em que se insere. Considera-se uma entidade estável, economicamente desenvolvida, com base nas demonstrações financeiras e na análise dos indicadores económicos, verificando-se, portanto, que consegue garantir a prestação dos seus serviços. Na demonstração de fluxos de caixa, a entidade não recorre às atividades de investimento, nem às atividades de financiamento, o que significa que não houve aplicação de recursos com o objetivo de obter rendimentos, nem houve recurso a obtenção de empréstimos. Esta entidade contribui para a criação de emprego e resolve muitos dos problemas das famílias que não conseguem cuidar dos familiares, apoiando no bem-estar social.

A entidade obteve um subsídio ao investimento para a colocação de pavimento e pintura do edifício. Esse subsídio deveria ser contabilizado na Demonstração de Fluxos de Caixa, nos fluxos de caixa das atividades de investimento, na rubrica Subsídios ao Investimento, o que não acontece.

### 3.11 Análise SWOT

O acrónimo SWOT resulta das iniciais das forças (Strength), fraquezas (Weakness), oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats), o estudo destes quatro elementos é essencial no planeamento estratégico e na tomada de decisão, uma vez que se conseguem perceber quais os passos a percorrer para atingir o objetivo estabelecido.

A análise SWOT divide-se em dois ambientes:

No ambiente externo, expõem-se os fatores provenientes do negócio em causa dos quais a entidade se deve proteger e tirar o maior proveito. Neste ambiente analisam-se as oportunidades existentes no setor em que a entidade atua e onde poderá obter maior vantagem para obter maior lucro e as ameaças que poderá ter de enfrentar e as quais irão afetar negativamente o seu negócio.

O ambiente interno deteta os fatores que distinguem a entidade da sua concorrência. Este auxilia a entidade a identificar as suas forças que lhe trazem maior vantagem e a detetar e identificar as suas fraquezas para que com a ajuda das suas forças e oportunidades possam resolver e eliminá-las. (Dyson, 2004)

Perante uma análise SWOT, temos quatro elementos:

- as forças são as vantagens de negócio que a entidade desenvolve sobre os principais concorrentes;

## A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

- as fraquezas são os fatores que trazem desvantagens à entidade sobre os concorrentes;
- as oportunidades são elementos que influenciam positivamente a entidade, as quais devem ser exploradas para obter vantagem no negócio da entidade;
- as ameaças são compostas por fatores que influenciam negativamente a entidade que podem causar problemas e intervir no negócio em causa;

As entidades devem identificar as suas forças e as suas fraquezas, tomando decisões, fazer com que as forças minimizem e eliminem as fraquezas, torná-las forças para a entidade, explorar e analisar as oportunidades e controlar as ameaças.

Posto isto, decidiu-se efetuar a Análise SWOT do Centro Social Amigos da Lardosa.

Foram identificados os seguintes Pontos Fortes (Strength):

1. A divulgação dos eventos e das atividades do dia-a-dia dos utentes nas redes sociais para que os familiares possam acompanhar o seu percurso.
2. O ambiente vivido é familiar, uma vez que a instituição está localizada numa aldeia, e por esta ser pequena, os utentes e os colaboradores são conhecidos na região e a relação entre utentes e colaboradores é afetiva e carinhosa.
3. Os utentes têm à sua disponibilização diversos equipamentos adequados às suas necessidades.
4. Todos os colaboradores da entidade possuem experiência profissional e estão em constante formação adequada à sua função.
5. A instituição é composta por uma equipa sólida de funcionários, administrativos, enfermeiros e nutricionistas melhorando a qualidade dos serviços prestados.
6. A localização da instituição é de fácil acesso, no meio rural. numa zona privilegiada. situada a 15 km do distrito de Castelo Branco, e perto do Centro de Saúde, o terreno à volta é composto por um jardim privado onde os idosos podem passar o seu tempo de lazer na área de fora tendo à volta do terreno barreiras para uma melhor segurança dos utentes.

## A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

7. A entidade cumpre á risca todas as medidas e normas de acordo com os procedimentos criados pelo estado português e pela Segurança Social.
8. A instituição dispõe de novas e excelentes estruturas, com videovigilância, que oferecem conforto e bem-estar.

Como Pontos Fracos (Weakness) foram identificados os seguintes:

1. A instituição localiza-se em Castelo Branco, fora e longe das grandes áreas de grandes aglomerados, como Lisboa e Porto, torna-se, portanto, uma zona mais desfavorecida.
2. Os utentes não mostram incitativa para realizar atividades socioculturais para o seu desenvolvimento cognitivo. Facto que se deve à vida sedentária e também ao consumo de medicação.
3. A falta de publicidade e marketing para a promoção da entidade.
4. Faz falta à instituição um parque de estacionamento para os familiares, colaboradores e para os veículos da entidade.
5. A realização de inquéritos de satisfação aos utentes e aos familiares dos utentes para que a entidade possa sempre melhorar em alguns aspetos.
6. Devem ter em atenção ao bem-estar e ao desgaste físico que as profissões dos colaboradores implicam e, deste modo, ponderar no horário de trabalho que estes praticam para que consigam ser mais produtivos.

Como potenciais Oportunidades (Opportunity) temos:

1. As novas tecnologias permitem aproximar os utentes das suas famílias.
2. A população da zona centro encontra-se muito envelhecida e existe bastante procura por estas entidades.
3. Com a abertura de novos lares nas proximidades, esta instituição pode-se focar em melhorar alguns aspetos e obter vantagens comparativas.
4. Muitas das famílias devido ao aumento do horário de trabalho deixam de ter tempo para acompanhar a parte família mais idosa.

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

5. Poder beneficiar de apoios sociais destinados a esta entidade.
6. As deslocações para o litoral do país à procura de novas oportunidades de trabalho deixam os familiares mais idosos no interior aos cuidados dos lares.

Por fim, temos as seguintes Ameaças (Threat):

1. Atualmente temos a escassez de jovens na zona centro devido à falta de oportunidades dadas pelo país no qual se irá retrair na carência de vagas de trabalho.
2. Devido ao aumento da inflação e a crise a estabelecer-se cada vez mais em Portugal, haverá menos possibilidades de as famílias portuguesas poderem manter uma pessoa idosa num lar sem os devidos apoios da segurança social.
3. Com o aumento da população envelhecida existe a abertura de novos lares na região centro o que irá causar concorrência.
4. A cessação ou incumprimento de contratos por parte dos utentes devido às dificuldades que o nosso país está a enfrentar.
5. A alteração da legislação e dos apoios financiados pelo Estado e pela Segurança Social.

Para mais facilmente nos focarmos nos pontos referidos atrás, efetuámos o seguinte quadro-resumo:

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

<b>Ambiente Interno</b>	
<b>Pontos Fortes (Strength)</b>	<b>Pontos Fracos (Weakness)</b>
1. Divulgação do dia-a-dia dos utentes nas redes sociais	1. Localização da entidade
2. Ambiente familiar	2. Falta de iniciativa nas atividades socioculturais
3. Equipamentos adequados às necessidades dos utentes	3. Inexistência de promoção da entidade
4. Colaboradores com experiência profissional e em constante formação	4. Inexistência de parque de estacionamento
5. Equipa sólida	5. Ausência de inquéritos aos utentes e família
6. Localização da entidade	6. Bem-estar dos colaboradores
7. Cumprimento de medidas e normas	
8. Novas estruturas e sistema de videovigilância	
<b>Ambiente Externo</b>	
<b>Oportunidades (Opportunity)</b>	<b>Ameaças (Threat)</b>
1. Aproximação dos utentes às suas famílias por meio das novas tecnologias	1. Escassez de colaboradores
2. População envelhecida	2. Crise económica
3. Com a concorrência o foco deve ser a melhoria da própria entidade	3. Concorrência
4. Escassez de tempo disponível por parte das famílias	4. Incumprimento das avenças
5. Apoios Sociais	5. Alteração da legislação e dos apoios financiados pelo Estado e pela SS
6. Procura de emprego por parte das famílias no litoral	

Tabela 11 - Quadro resumo da Análise SWOT  
Fonte: Elaboração própria

## CONCLUSÃO

Foram colocadas três questões, no capítulo 3, relacionadas com a Economia Social, onde nos permite afirmar que: num dos períodos mais difíceis vividos, no meio de uma crise financeira, em pleno COVID-19, e com o aumento das necessidades sociais verificamos que o papel da Economia Social é de extrema importância quando pensamos no presente e também no futuro, pelo que, se conclui que a Economia Social continuará a crescer ano após ano.

O papel que a Economia Social desempenha é de extrema importância não só pela criação de emprego, mas também pela proteção e inclusão social; este papel será de maior importância no futuro pela grande competição entre o setor público e o setor privado. A sociedade tem a necessidade de uma Economia social que permita reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, diminuindo o desemprego, principalmente dos mais jovens que são uma das partes da sociedade mais desfavorecida, e aumentar a economia do país. Para que haja um crescimento da Economia Social é necessário que o objetivo principal não seja a satisfação dos membros das organizações, mas sim o bem-estar social e principalmente a satisfação da sociedade mais desfavorecida, pelo que é necessário que sejam implementadas regras e a união da sociedade.

Relativamente à entidade Centro Social Amigos da Lardosa, verifica-se que nos anos em análise, 2018, 2019 e 2020, atingiu resultados positivos, pelo que se considera uma entidade estável, como decorre da análise dos indicadores estudados. Nos indicadores financeiros registam-se bons rácios de liquidez e fundo de maneiio positivo, a margem bruta apresenta valores positivos e elevados, indicado assim uma boa situação económica. A rendibilidade operacional das vendas e a rendibilidade líquida das vendas apresentam bons valores no ano de 2019. O indicador rotação do ativo apresenta valores considerados favoráveis. Nos rácios de endividamento e autonomia financeira registam-se bons valores o que significa que existe equilíbrio financeiro e não há dependência em capitais alheios. Desta forma verifica-se que a entidade em causa consegue garantir a prestação dos seus serviços.

Por fim, podemos concluir que a Economia Social é um fator de desenvolvimento económico importante em Portugal, e apresenta um papel fundamental nos dias de hoje,

## A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

apoiando a sociedade no seu bem estar. Com as atuais fragilidades económicas e sociais, decorrentes da situação pós Covid e a guerra com a Ucrânia, torna-se cada vez mais importante a intervenção da Economia Social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco de Portugal Eurosistema. Quadros do Sector. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/QS/qsweb/Dashboards>, consultado a 10 de março 2022.

Barbedo, Ângela. 2013. Economia Social: um pilar para combater a atual conjuntura económica e social. Instituto Politécnico do Porto.

Bogdan, R. & Biklen, S. (2013). Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos Livro 12. Porto Editora. ISBN: 978-972-0-34112-9

Caldeira, Jorge. 2020. 100 Indicadores da Gestão. Atual Editora.

CAMPOS, José Luis Monzón & ÁVILA, Rafael Chaves. 2012. The Social Economy in the European Union, Belgique, European Union.

Canaveira, Manuel. 2005. “Economia Social e Solidária”. Pessoas e Lugares – Jornal de Animação da Rede Portuguesa – LEADER nº31. A minha Terra. Disponível em: <https://www.minhaterra.pt/pessoas-e-lugares-ii-serie.T11052.php>, consultado a 18 de agosto de 2022.

Carmo, Hermano & Ferreira, Manuela Malheiro. (1998). Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem. 2ª Edição. Universidade Aberta

CASES. 2014. Textos de Economia Social. Disponível em: [https://www.cases.pt/wp-content/uploads/Textos\\_de\\_economia\\_social.pdf](https://www.cases.pt/wp-content/uploads/Textos_de_economia_social.pdf), consultado a 23 de Dezembro de 2022.

CASES. 2016. Conta Satélite da Economia Social (CSES). Disponível em: <https://www.cases.pt/contasatelitedaes/>, consultado a 25 de julho de 2022.

CASES. 2022. Quadro Institucional. <https://www.cases.pt/quadro-institucional/>, consultado a 7 de junho de 2022.

CASES. 2011. Observatório da Economia Social Portuguesa (OBESP). Disponível em: <https://www.cases.pt/observatorio-da-es/>, consultado a 15 de junho de 2022.

Centro Social Amigos da Lardosa. 2018. Contas de Gerência

Centro Social Amigos da Lardosa. 2019. Contas de Gerência

Centro Social Amigos da Lardosa. 2020. Contas de Gerência

Comissão Europeia. 2008. Poverty and social exclusion in rural areas.

Comissão de Normalização Contabilística. 2015. Sistemas de Normalização Contabilística – SNC. Disponível em: <https://www.cnc.min-financas.pt/snc.html>, consultado a 17 de agosto de 2022.

Da Costa, Carlos Baptista & Alves, Gabriel Correia. 2021. Contabilidade Financeira. Rei dos Livros

Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março de 2011. Diário da República.

Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966. Diário da República.

Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto. Diário da República.

Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Diário da República.

Dyson, Robert. 2004. Strategic development and SWOT analysis at the University of Warwick. European Journal of Operational Research.

Domingues, Marco. 2021. A avaliação do desenvolvimento local segundo a perspetiva das entidades de Economia Social - Uma proposta da Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. Universidade da Beira Interior.

Espaço do Assistente Social. 2017. Listagem completa de IPSS em Portugal. Disponível em: [www.eas.pt/listagem-completa-de-ipss-em-portugal/](http://www.eas.pt/listagem-completa-de-ipss-em-portugal/), consultado a 25 de maio de 2022.

Fernandes, José. 2016. “A Economia Social em Portugal”. Grupo do Partido Popular Europeu no Parlamento Europeu.

Garrido, Álvaro, Namorado, Rui, Antunes, Margarida, Lopes, Mónica, Ferreira Sílvia, Sá, Patrícia, Estanque, Elísio e Ramos, Maria Elisabeta. 2019. Economia Social. Edições Almedina.

Imprensa da Universidade de Coimbra. 2015. Análise SWOT do Ensino Superior Português: oportunidades, desafios e estratégias de qualidade. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/33292>, consultado a 3 de janeiro de 2023.

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

Instituto da Segurança Social, I.P. 2014. Guia Prático – Constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social (9002 – v4.02). Disponível em: <https://www.seg-social.pt/guias-praticos?bundleId=18109483>, consultado a 25 de maio de 2022.

Instituto da Segurança Social, I.P. 2022. Lista de Instituições Particulares de Solidariedade Social registadas. Disponível em: <https://www.seg-social.pt/publicacoes?bundleId=17837637>, consultado a 25 de maio de 2022.

Instituto Nacional de Estatística, 18 de abril de 2013, Sessão de Apresentação. Disponível em:

[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_sem\\_lista&tipo=r&detalhe=157104239](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_sem_lista&tipo=r&detalhe=157104239), consultado a 5 de junho de 2022.

Jorge, Ana. (2023). “Pedidos de ajuda à Cruz Vermelha mais do que duplicaram nos primeiros meses do ano”. O Observador. Disponível em: <https://observador.pt/2023/04/04/pedidos-de-ajuda-a-cruz-vermelha-mais-do-que-duplicaram-nos-primeiros-meses-do-ano/>, consultado a 5 de abril de 2023.

Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto. Diário da República.

Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio. Diário da República.

Maia, Lino. Abril 2018. Economia Social Confederada, Jornal de Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade. Disponível em: <https://www.solidariedade.pt/site/detalhe/13288>, consultado a 7 de junho de 2022.

Namorado, Rui. 2014. Economia social em ação. Almedina.

Novais, Paulo. 2016. “O que é e o que vale a economia social?”. O Observador. Disponível em: <https://observador.pt/2016/05/19/o-que-e-e-o-que-vale-a-economia-social/>, consultado a 15 de junho de 2022.

Pinho, Carlos Santos & Tavares, Susana Vasconcelos. 2012. Análise Financeira e Mercados. Áreas Editora.

Pitacas, José & Reto, Luís. 2020. “A Economia Social uma Visão Plural”. CIRIEC, PORTUGAL. Disponível em: <https://www.cases.pt/edicao-digital-a-economia-social-uma-visao-plural/>, consultado a 9 de junho de 2022.

A Economia Social como um fator essencial de desenvolvimento económico em Portugal

---

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho. Diário da República.

Rodrigues, João. 2018. Sistema de Normalização Contabilística explicado 6ª edição. Porto Editora

Rodrigues, João. 2018. Sistema de Normalização Contabilística. 6ª edição. Porto Editora

Serga. 2012. A Economia Social e a sua Sustentabilidade como Fator de Inclusão Social (ESSIS). Disponível em: <http://serga.pt/popup-destaque/&c=3-2>, consultado a 29 de junho.

Silva, J. L. A. e Silva, S. I. R. (2008). A economia solidária como base do desenvolvimento local. Journals Open Editions. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1451>, consultado a 3 de junho de 2022.

SINGER, Paul. (2008). “Economia solidária - entrevista com Paul Singer”. Estudos Avançados.

Yin, Robert K. (2015). Estudo de caso: planejamento e métodos; Tradução Daniel Grassi. 5ª Edição. Bookman. ISBN: 9788582602317.